

**Teorização Portuguesa do Jornalismo até 25 de Abril de 1974 – Ficha de obra**

<b>Autor</b> LUPI, Luís		<b>Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação)</b>	<b>Ano de publicação/impressão</b> 1956
<b>Título completo da obra</b> <i>A Imprensa e a Revolução Nacional</i>			
<b>Tema principal</b> Teoria do Jornalismo			
<b>Local de edição</b> Lisboa	<b>Editora (ou tipografia, caso não exista editora)</b> Editora Império		<b>Número de páginas</b> 13
<b>Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas</b>			
<b>Biblioteca:</b> Biblioteca Pública Municipal do Porto		<b>Cotas:</b> I3-5-28-P1-(15)	
<b>Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.)</b>  Luís Lupi nasceu em 1901 e foi o fundador da primeira agência noticiosa portuguesa, a Lusitânia. Jornalista, escreveu vários livros e monografias regionais sobre as antigas colónias portuguesas, essencialmente sobre Angola.			
<b>Índice da obra</b>  [Não tem índice.]  Fundação da primeira agencia noticiosa portuguesa, a «Lusitânia»: p. 5 Visão negativa da imprensa Portuguesa: pp. 6-8 A infidelidade da imprensa relativamente a Salazar: pp. 8-9 Males apontados à imprensa Portuguesa: pp. 9-11 Votos do autor: p. 13			
<b>Resumo da obra (linhas mestras)</b>  Esta obra resulta do discurso de Luís Lupi, fundador da primeira agência noticiosa portuguesa, a Lusitânia, no IV congresso da União Nacional, partido único durante o Estado Novo. Nela trata-se das razões que, segundo o autor, levavam a uma alegada falta de acompanhamento pela imprensa portuguesa da Revolução Nacional operada por Salazar, o que a tirava da posição de “vanguarda” (p. 6) em que deveria estar. “É que as realidades (...) têm de ser explicadas à opinião pública num dia a dia de informação e crítica, esclarecedoras. A imprensa tem de constituir um alimento tão precioso e puro como o leite (...). Se o cidadão deve ser protegido das especulações e dos abusos que ponham em risco a sua saúde (...) e a sua consciência política, impõe-se igualmente que tenha ao seu dispor uma informação diária em que deposite a mais sincera confiança. Alimentar a sua curiosidade, o seu entusiasmo e interesse, e conquistar a sua participação leal e consciente na vida e no progresso da Nação é a incontestável e nobre missão da imprensa.” (pp. 6-7) O autor diz, então, que “à imprensa não foi dado acompanhar o ritmo da grandiosa Revolução Nacional que se deve ao génio do Salazar” (p. 8), embora tivesse potencialidades para			

o fazer, mas, nesse aspecto, segundo Lúpi, a responsabilidade de Salazar seria mínima. Aliás, para ele “Entre o Chefe do Governo e a opinião houve erros de interpretação (...) sempre inconvenientes para a Nação e para o Homem que a conduz, porque entre Ele e a Imprensa foram criadas barreiras que, se tiveram por vezes oportunidade e virtude, não deixaram de ser barreiras que diminuía a luz de uma total verdade. É certo que a estatura excepcional do Chefe do Governo conseguiu ultrapassar todos os impedimentos (...). Se, porém, Salazar é hoje o mais respeitado e prestigioso dos portugueses, ousaremos dizer que preferíamos que fosse, igualmente, o mais íntimo em todos os corações. Essa intimidade (...) somente a imprensa a poderia ter realizado, se as tais barreiras não houvessem prejudicado a sua acção”.

Em grande medida, segundo o autor, a insuficiência observada na imprensa portuguesa no que toca à cobertura da obra de Salazar deveu-se a uma “quase sempre estandardizada análise feita durante anos seguidos” à obra de Salazar e à sua personalidade. Teria havido, na sua opinião, uma certa “falta de espontaneidade” que, se não tivesse ocorrido, teria permitido “levar à opinião pública uma mensagem muito mais real, convincente e sincera” (p. 8). Essa situação também teria, na óptica de Lúpi, provocado efeitos perversos em Salazar: “é de supor que o Chefe do Governo, por falta de elementos de análise e crítica que uma espontaneidade jornalística havia de representar, terá, por vezes e apesar da sua excepcional perspicácia, ficado com uma ideia menos exacta do ambiente que, de longe ou de perto, o cerca” (p. 8).

Assim, segundo Lúpi, a imprensa foi incapaz de dar aos portugueses retrato fiel de Salazar: “Pois isto que parece ter importância secundária, avulta em meu entender, porque traduz grande injustiça para a portuguesíssima personalidade do Doutor Salazar que, se não fosse tal como é, não teria realizado no nosso País tão grandiosa, humana e compreensiva obra nacional, de tipo puramente português” (p. 9)

O autor atribui as culpas da situação diagnosticada, que afectaria a evolução e progresso da imprensa nacional, “a uma exagerada acção de controlo, de propaganda oficial e de uma censura prévia que se prolonga demasiadamente” (p. 9).

O autor aponta vários males à imprensa portuguesa da sua época: “Ora, segundo parece, alguns dos principais jornais portugueses não têm elevado a sua venda na proporção do aumento do nível de vida nacional, do aumento demográfico que resulta do importante saldo fisiológico anual e ainda do felicíssimo decréscimo que se tem verificado, no nosso País, no índice do analfabetismo, nas últimas três décadas. (...) Por outro lado, parece incontestável que em Portugal, e não apenas nos seus grandes centros populacionais, aumentou em proporções inconcebíveis a venda e expansão de revistas e jornais estrangeiros, com enorme prejuízo não somente para a indústria da Imprensa como para a livre informação nacional” (pp. 9-10). A razão destes factos, segundo Luís Lúpi, assentaria nos condicionalismos que a censura e a propaganda oficial colocavam à imprensa portuguesa. Assim, em vez de competirem internamente uns com os outros, os órgãos da imprensa portuguesa competiriam com a imprensa estrangeira que “por gozar da fama de independente e livre de orientações oficiais, parece por vezes merecer a preferência de importante número de leitores portugueses” (p. 10).

Para o autor, a imprensa portuguesa incorreria ainda nos “erros”, “remediáveis”, de publicar demasiado noticiário estrangeiro, de inserir notícias de pouco interesse que apenas se justificariam em jornais de circulação local e de publicar, provincianamente, “longas listas de nomes das pessoas que assistem a actos públicos ou particulares com prejuízo para o relato e valorização do próprio acontecimento” (pp. 10-11). A crise da imprensa portuguesa, de acordo com Lúpi, agravar-se-ia devido ao alto preço do papel. No entanto, o autor apresenta soluções: “aproveitamento do espaço nos jornais”, revisão “da legislação em vigor relativa à indústria e à actividade e à imprensa (particularmente a Imprensa diária), tendo em vista a plenitude dos direitos e deveres que lhe são consignados na Constituição de 1933, nomeadamente com a promulgação de uma nova Lei de Imprensa e a integração da actividade social dos periódicos portugueses no quadro integral do Regime Corporativo” e ainda “Que seja considerado de interesse nacional a publicação de uma grande [revista] Ilustração Portuguesa, e para tal concedidas as facilidades habituais à empresa editora que se proponha preencher essa lacuna na vida cultural do País” (p. 13).

**Autor:** Marta Lopes

**E-mail:** martinhuxx@hotmail.com